



RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A PRODUÇÃO DE PEQUENOS ARTEFATOS DE MADEIRA – POMs PARA USO DOMÉSTICO EM MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL DA BAHIA.

OSCAR ARTAZA, INSTITUTO CICLOS

1. CONTEXTO

O bioma Mata Atlântica se estende por 17 estados e ocupava originalmente mais de 1.300.000 km² representando 13 % do território brasileiro. Esta maravilhosa floresta é lar de mais de 15.700 espécies vegetais, 990 espécies de aves, 370 de anfíbios, 350 de peixes, 295 de mamíferos e 200 espécies de répteis¹. Esta extraordinária biodiversidade, uma das mais ricas do planeta é também uma das mais ameaçadas pois mais de 70% da população reside no bioma.

Segundo a iniciativa de monitoramento da cobertura e uso do solo MapBiomas, a Mata Atlântica ainda persiste em 27,4 % do território original, cuja metodologia de monitoramento considera todos os fragmentos florestais acima de 0,5 hectare². Esse valor pode ser considerado razoável, mas não representa a complexa situação de extrema fragmentação do bioma e nem tampouco a qualidade ambiental do fragmento, uma vez que são incluídos no cálculo os fragmentos de matas jovens (estágio médio de regeneração) que sofrem fortemente com o desmatamento.

Se consideramos apenas os fragmentos florestais maduros, ou seja, formações com dossel fechado e maiores de 3 hectares, o percentual de remanescentes da Mata Atlântica cai para 12,7 % conforme apresentado pelo Atlas dos remanescentes da MA³

O Estado da Bahia e mais especificamente o sul e extremo sul da Bahia concentra os maiores remanescentes de Mata Atlântica do nordeste, notadamente nos Parques Nacionais do Monte Pascoal, do Descobrimento, do Pau Brasil e em diversas RPPNs (unidades de conservação) que pela sua importância para a conservação da biodiversidade integram desde o ano 2000 o sítio do patrimônio natural mundial Costa do Descobrimento – UNESCO.

Fora áreas litorâneas, a ocupação do território do extremo sul da Bahia se dá tardiamente a partir da segunda metade do século passado. A exploração madeireira e a formação de pastagens e outras atividades agrícolas repetem na região um modelo de ocupação e uso do solo que desconsidera a importância da floresta para a manutenção dos serviços ecossistêmicos fundamentais para proteção da

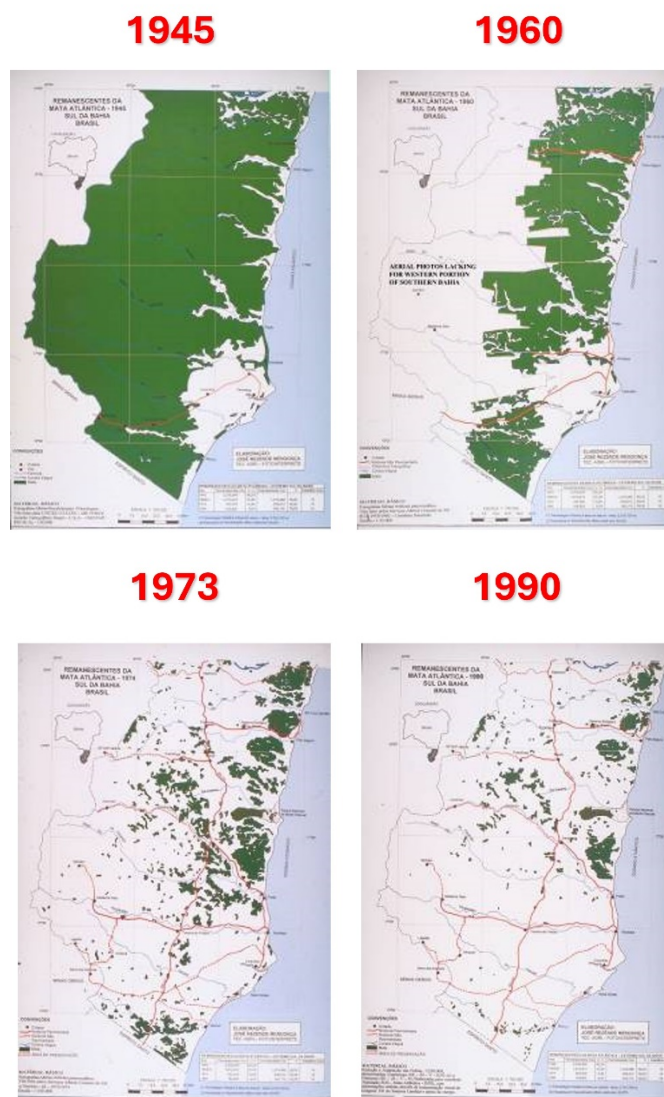
¹ Brasil Atlântico: um país com a raiz na mata – Rio de Janeiro: Mar de Ideias : IBio, 2010

² <https://brasil.mapbiomas.org/>

³ Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica – Período 2022 -2023 – Relatório Técnico

biodiversidade, a regulação do clima e a capacidade de absorção da água das chuvas, dentre outros. Esse modelo de ocupação ainda ignorou o potencial natural da região para o manejo das florestas e produção sustentável de madeira conduzindo a exploração e desmatamento que perdura até hoje.

Imagem 1. Sequência do desmatamento no extremo sul da Bahia



Fonte: MENDONÇA, J. R.; CARVALHO, A. M.; MATOS, L. A. S. 45 Anos de desmatamento no Sul da Bahia. Projeto Mata Atlântica do Nordeste. Ceplac, Ilheus-Bahia, 1994.

E O DESMATAMENTO CONTINUA

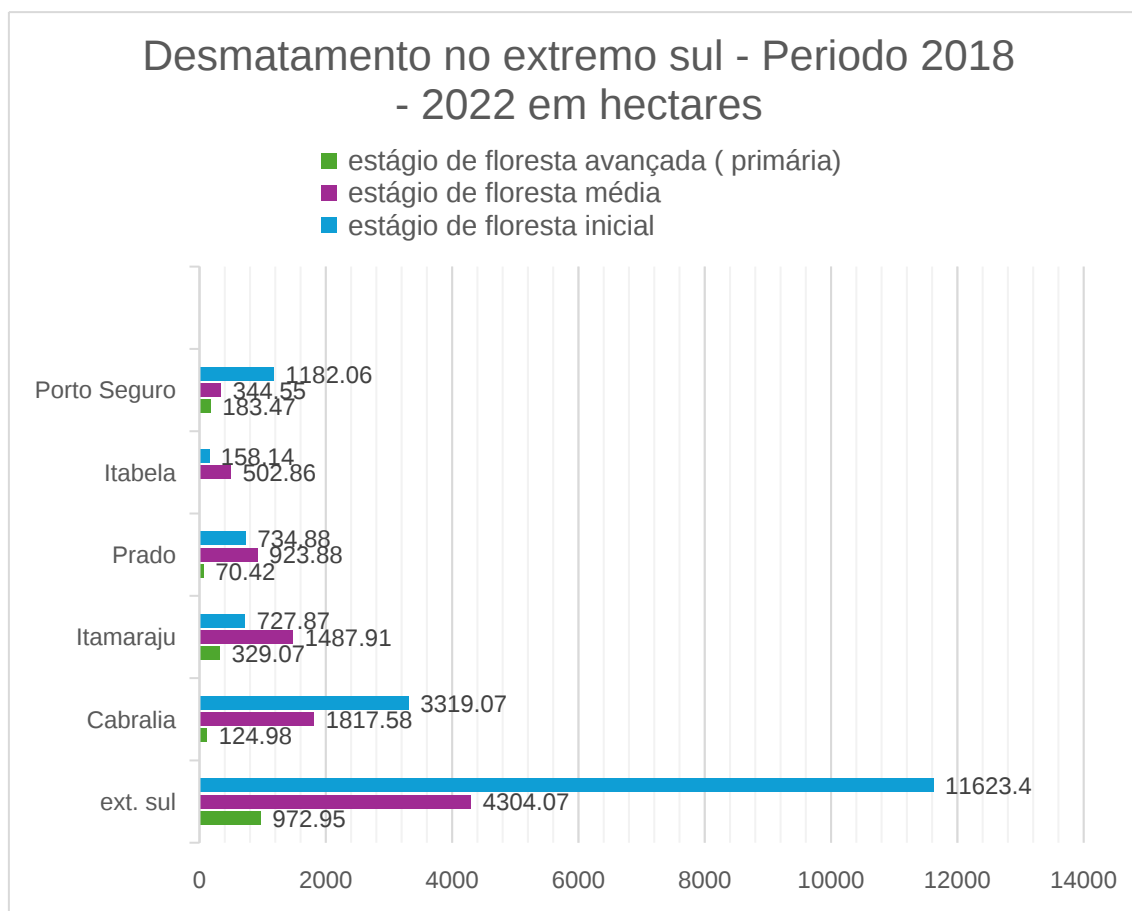
A enorme riqueza da sua biodiversidade e a força e perseverança das ameaças, tornou a Mata Atlântica um dos pontos quentes (hot spots) para a conservação mundial, ou seja, transformou-se em uma área prioritária para a conservação ⁴. Muitas iniciativas têm surgido nos últimos anos visando conservar e restaurar os remanescentes florestais da Mata Atlântica na Bahia. Uma dessas iniciativas foi a criação do Fórum Florestal da

⁴ Brasil Atlântico: um país com a raiz na mata – Rio de Janeiro: Mar de Ideias : IBio, 2010

Bahia em 2003, espaço de diálogo entre a sociedade civil, academia e empresas do setor de celulose e papel com foco nas florestas do território do extremo sul da Bahia. Além de debater os impactos negativos da silvicultura no território e oferecer soluções consensuadas a esses impactos, por meio de acordos⁵, se debatem oportunidades de atuação conjunta a partir de análises e planejamentos estratégicos.

Com essa visão, o Fórum Florestal iniciou em 2014 um programa de monitoramento da cobertura vegetal e uso do solo. O objetivo principal do programa é mapear a evolução da cobertura vegetal nos municípios de atuação, disponibilizando os dados de forma pública e transparente⁶.

Gráfico 1.



Fonte: adaptado do Relatório técnico – Monitoramento do uso e cobertura do solo nas áreas de atuação das empresas Veracel e Suzano no âmbito do Fórum Florestal da Bahia. 2023

Como se observa no gráfico 1, o desmatamento da floresta atlântica continua. Considerando apenas florestas em estágio avançado (primárias) e médias (estágio secundário) foram perdidas no período 5.277 hectares, mantendo a região dentre as que mais desmatam o bioma. Pressões para o desmatamento como expansão agropecuária, construção civil e movelaria, expansão urbana e produção de pequenos objetos de madeira para uso doméstico continuam sendo os vilões da conservação dos remanescentes florestais. Se considerarmos a extrema fragmentação em que se encontra o bioma no território, esse ritmo de desmatamento, compromete a capacidade

⁵ <https://dialogoflorestal.org.br/foruns-regionais/forum-florestal-da-bahia/>

⁶ <https://forumflorestalbahia-worldresources.hub.arcgis.com/>

de resiliência da floresta, a manutenção em longo prazo da biodiversidade e amplia a perda dos serviços ecossistêmicos.

A perda de floresta em estágio avançado (primárias) registrado no período de 2018-2022 foi de **972,95** hectares considerando os 21 municípios que formam o extremo sul da Bahia (territórios de identidade Costa do Descobrimento - 8 municípios e extremo sul – 13 municípios), sendo que quase **73%** desse desmatamento (**707,94** hectares) está concentrado em apenas 4 municípios, Porto Seguro com **183,47** hectares desmatados; Prado com **70,42** hectares; Itamaraju com **329,07** hectares e Santa Cruz Cabrália com **124,98** hectares.

A produção de pequenos artefatos de madeira (POMs) possui um impacto negativo considerável nos indicadores de desmatamento. Estima-se que essa atividade econômica utilize anualmente aprox. **3.600 m³** de madeiras nativas. Não foram incluídas nesse cálculo a madeira nativa para confecção de gamelas, uma vez que o presente estudo teve como objetivo atualizar dados de produção de POMs em unidades de produção – UPs que contam com no mínimo 2 indígenas/UP.

A atividade de produção de gamelas é artesanal e geralmente ocorre diretamente na floresta. A árvore derrubada dá origem a toretes de 70 cm de comprimento em média, dos quais se originam duas gamelas. Esta atividade é a que apresenta a menor produtividade e maior desperdício de madeira, pois em torno de 86% da madeira do torete é transformado em pequenos cavacos que não podem ser utilizados para produção de outras peças menores e terminam ficando na floresta. As gamelas resultantes deste trabalho ainda passam por acabamento tosco na aldeia e comercializados. O processo final de acabamento ocorre em unidades de beneficiamento – UBs, localizadas fora das aldeias, notadamente em São João do Monte e ou Itamaraju). A atividade de produção de gamelas será objeto de pesquisa específica que permita conhecer em profundidade a realidade desses produtores e incluí-los no processo de transição para a sustentabilidade a que se propõe o programa Formas da Natureza.

Imagem 2. Artesão produtor de gamelas trabalhando no acabamento de seus produtos.



Como forma de promover alternativas ao desmatamento de nativas para fins de produção de POMs, várias organizações, dentre elas ONGs, Ministério Público Estadual – MPE, ICMBio e Fórum Florestal da Bahia apoiaram a implantação do programa Formas da Natureza, atualmente uma iniciativa do Instituto Ciclos e que tem como objetivo fortalecer a cadeia de produção sustentável de pequenos objetos de madeira - POMs por meio de facilitar o acesso à madeiras plantadas ou de corte

legalizado; o plantio de espécies florestais para produção de madeira e o fortalecimento dos empreendedores em gestão de pequenos negócios e comercialização.

A região de interesse do programa Formas da Natureza, concentra alguns dos maiores grupos de produção de POMs do país, ao todo, mais de 400 pessoas, sendo aprox. 220 indígenas e aprox. 180 não indígenas produzem colheres, petisqueiras, tábuas de carne, gamelas e outros artefatos de madeira para uso doméstico.

Imagem 3. Fotografias de desmatamento de árvores nativas no interior do ParNa Monte Pascoal, Porto Seguro, Bahia.



Atividades de extração ilegal de madeiras nobres no interior do parque, são corriqueiras há pelo menos 35 anos. Conforme o Plano de gestão territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas⁷, o parque contém mais de 5 mil ha de floresta ombrófila densa, além de vários ecossistemas de transição para zona costeira. Conformam-se um mosaico de ecossistemas como as mussunungas, brejos, restingas e manguezais. Possui espécies raras e ameaçadas da flora, dentre as quais se destacam a arruda, endêmica da região (*Swartzia eulixophora*) e hoje praticamente extinta do parque por conta do corte para fabricação de POMs, o jacarandá da Bahia (*Dalbergia nigra*), a juerana vermelha (*Parkia pendula*), o arapati (*Arapatiella psillophilla*), e o paraju (*Manilkara longifolia*), entre muitos outros.

Imagem 4. Fotografias de pequenos objetos de madeira -POMs, fabricados a partir de madeiras nativas oriundas de desmatamento ilegal

⁷ Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas. - Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.



Quem transita pela BR-101 entre as cidades de Itabela e Itamaraju no extremo sul da Bahia, irá se deparar com barracas indígenas e não indígenas comercializando objetos de madeira. Infelizmente, boa parte desses objetos ainda são fabricados com madeiras nativas. A iniciativa Formas da Natureza vem atuando junto a produtores indígenas e não indígenas com objetivo de promover mudança nessa realidade.

Imagem 5. Vista parcial de unidades de produção de POMs e equipamentos de trabalho.



2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os dias 12 e 25 de abril de 2024 por meio de questionário misto contendo 31 perguntas (em anexo). As entrevistas foram conduzidas em 6 grupos indígenas e 3 grupos não indígenas e realizadas diretamente pelo autor da pesquisa em função das relações de confiança entre entrevistador e os grupos produtores estarem estabelecidas ao longo de vários anos de trabalho conjunto. Como em cada unidade de produção -UP trabalham entre 2 até 7 pessoas, foi entrevistado apenas o proprietário da unidade de produção e não seus colaboradores.

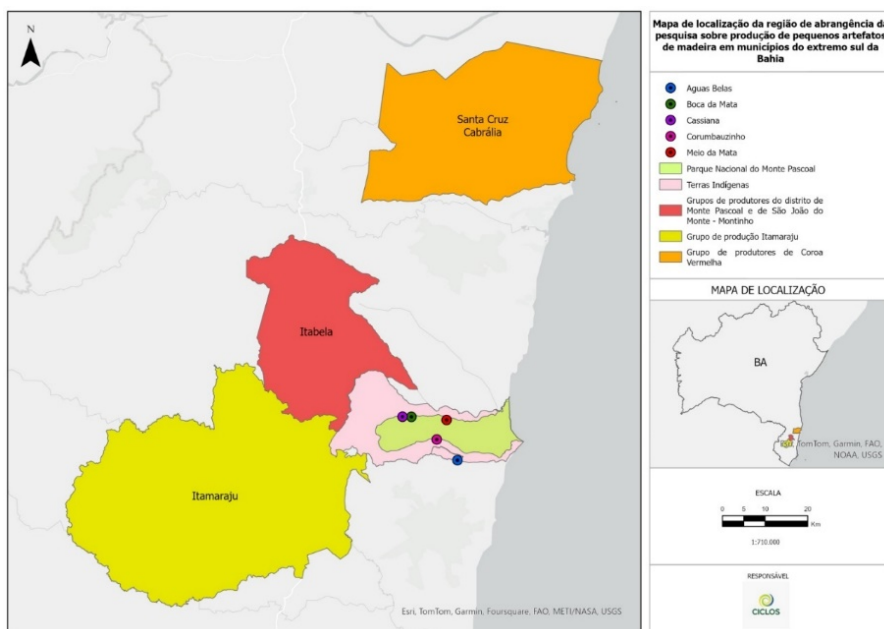
Tabela 1. Apresenta a quantidade de entrevistas em cada grupo de produção e a estimativa de unidades de produção - UPs existentes em cada localidade.

Grupo produtor	Número de entrevistados	Estimativa de unidades de produção na localidade - UPs
Grupos Indígenas		
Coroa vermelha	8	12
Meio Da Mata	4	6
Boca da Mata	2	9
Cassiana	4	12
Águas Belas	1	7
Corumbauzinho	1	10
Não Indígenas		
Monte Pascoal	6	20
São João do Monte (montinho)	3	16
Itamaraju	5	18
TOTAL	34	110

A aplicação do questionário foi precedida por conversa com duração variável entre 15 e 30 minutos, tempo necessário para explicar o objetivo da pesquisa, garantir o anonimato ao entrevistado e estabelecer a relação de descontração e confiança entre entrevistador e entrevistado.

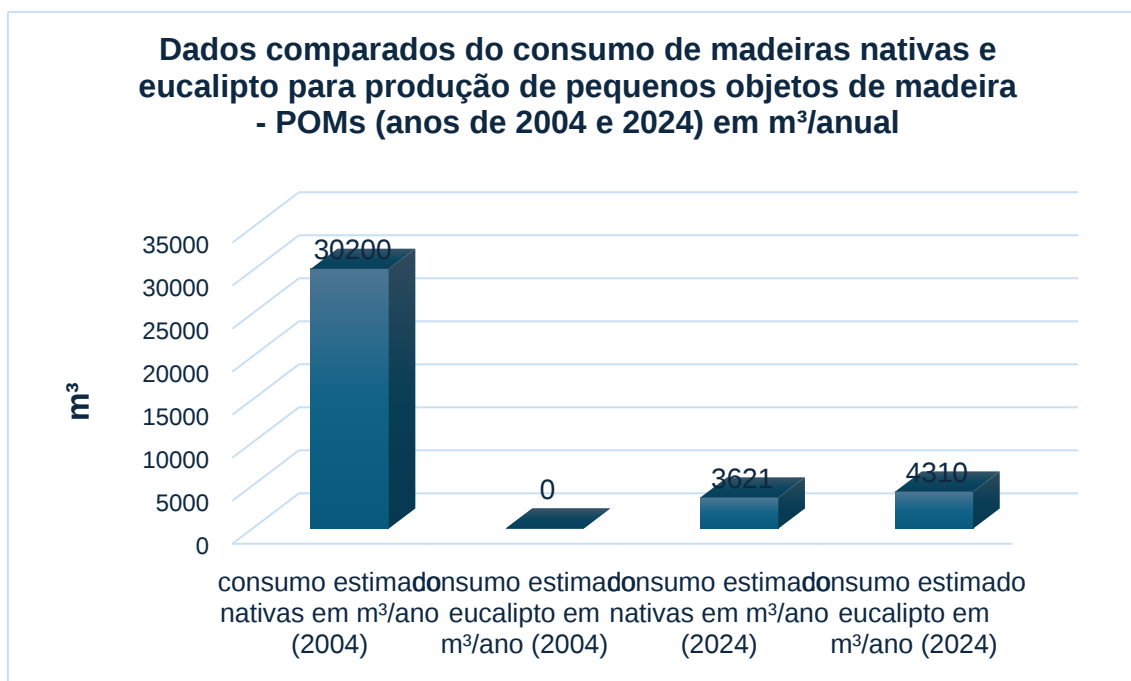
A receptividade em todas as unidades de produção à realização da pesquisa foi positiva e colaborativa. Apenas na comunidade de Corumbauzinho, o entrevistador percebeu resistência relativa, provavelmente por ser uma das comunidades menos assistidas pelo programa Formas da Natureza.

Imagem 6. Mapa de localização dos principais grupos produtores de POMs no extremo sul da Bahia participantes da pesquisa.



3. RESULTADOS

Gráfico 2.



Fonte: Dados de 2004 – Relatório de consultoria “Comércio de Madeira no Extremo-Sul da Bahia: Avaliação de Impacto Sobre os Remanescentes de Mata Atlântica na Região do PARNA Monte Pascoal – Jean -François Timmers. Dados de 2024 - Relatório técnico sobre a produção de pequenos objetos de madeira , POMs para uso doméstico na região do mosaico de áreas protegidas do extremo sul da Bahia – MAPES, Oscar Artaza – Instituto Ciclos, 2024

Uma primeira abordagem ao problema do desmatamento de nativas para fabricação de POMs surgiu nos primeiros anos da década de 2000 em que a chefia do ParNa Monte Pascoal e a ONG Flora Brasil iniciaram parceria para promover estudos e ações voltadas a compreender a amplitude e complexidade da atividade. Em 2003 o Ministério do Meio Ambiente contratou consultoria técnica para elaborar um relatório sobre a atividade. Algumas informações contidas nesse relatório são apresentadas e comparadas com informações coletadas na presente pesquisa nos gráficos 2 e 3.

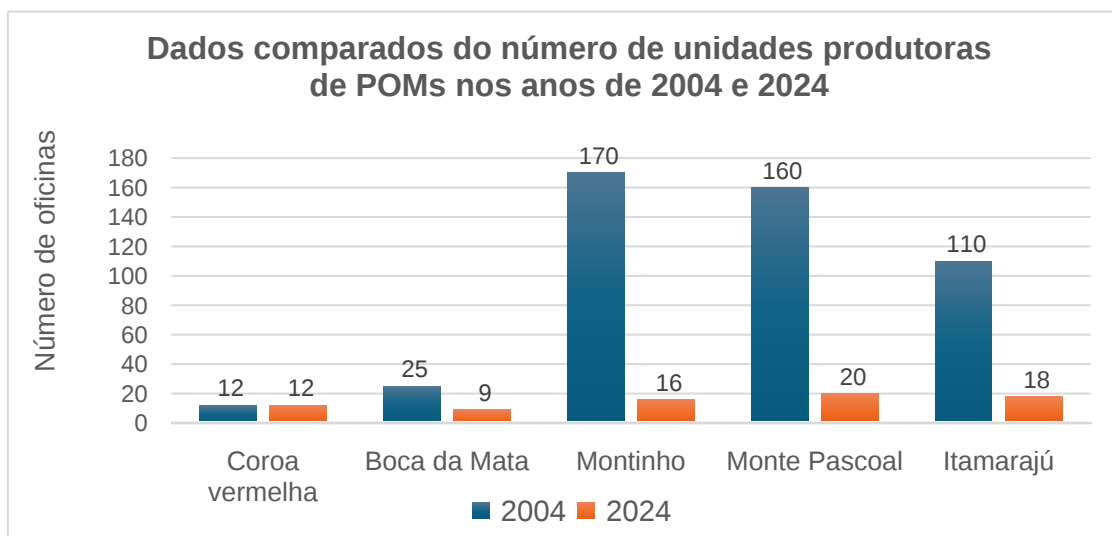
O gráfico 2 nos apresenta informações em perspectiva temporal de 24 anos que se passaram entre o estudo de 2004 e a presente pesquisa e é interessante observar o significativo declínio do consumo de madeira nativa de mais de 30.000 m³ em 2004 para menos de 4.000 m³ em 2024. Embora a metodologia utilizada entre os dois estudos tenha algumas diferenças, estas não chegam a afetar a grandeza da diferença observada. Uma das diferenças entre os estudos foi a inclusão, no estudo de 2004, do consumo de madeira nativa para a produção de gamelas, o qual estimou dito consumo anual em 1.239,7 m³, ou seja, o declínio no consumo de madeiras nativas para a produção de POMs no período de 24 anos, mesmo considerando a produção de gamelas continua muito significativo.

Um segundo aspecto de destaque, embora também não explique por si só, a diferença observada na diminuição do consumo de madeira nativa entre os anos de 2004 e 2024 é o consumo de madeira de eucalipto. No ano de 2004 esse consumo era igual a zero, já em 2024 os produtores de POMs consomem anualmente mais 4.000 m³ dessa madeira exótica, amplamente plantada na região para produção de celulose e papel pelas indústrias Veracel e Suzano e por alguns produtores rurais para fornecimento de lenha, marcação de divisa de propriedade ou para comercialização para serraria.

Então, como se explica a queda no consumo de madeiras nativas observada no período?

O gráfico 3 nos apresenta outra informação relevante que nos permite entender melhor esse fenômeno.

Gráfico 3.



Fonte: Dados de 2004 – Relatório de consultoria “Comércio de Madeira no Extremo-Sul da Bahia: Avaliação de Impacto Sobre os Remanescentes de Mata Atlântica na Região do PARNA Monte Pascoal – Jean-François Timmers. Dados de 2024 - Relatório técnico sobre a produção de pequenos objetos de madeira, POMs para uso doméstico na região do mosaico de áreas protegidas do extremo sul da Bahia – MAPES, Oscar Artaza – Instituto Ciclos, 2024

Se observa queda abrupta no número de unidades produtoras de POMs, principalmente nos grupos produtores não indígenas nos distritos de Monte Pascoal e São João do Monte (montinho) no município de Itabela e no grupo produtor de Itamaraju. Nesses 3 grupos produtores, a diminuição do número de unidades produtoras no período de 24 anos foi de 87 %. Essa informação explica os dados de diminuição do consumo de madeiras nativas. Mas, como podemos explicar essa diminuição nas unidades produtoras?

Para melhor compreender essa realidade, devemos voltar um pouco no tempo. Vamos buscar entender esse fenômeno a partir de 3 aspectos:

- o O aumento da fiscalização ambiental;
- o A estagnação econômica da própria atividade produtiva;
- o As novas oportunidades

Em relação ao aumento da fiscalização é importante destacar alguns marcos que definem o processo de reconhecimento da importância do bioma e sua biodiversidade e a preocupação com o ritmo do desmatamento:

- o 1993 – Publicação do decreto nº 750 que dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou no estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências;
- o 1999 – Lançamento do primeiro Atlas dos remanescentes da Mata Atlântica – SOS MA e INPE;
- o 2002 – 2006 – Implementação da primeira fase do projeto Corredores Ecológicos em dois territórios prioritários para a conservação. O Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) e o Corredor Central da Amazonia (CCA).⁸;

⁸ Brasil. Ministério do Meio Ambiente Série corredores ecológicos: 12 anos de trabalho pela conservação

- o 2005 – Criação do Núcleo Mata Atlântica no Ministério Público do Estado da Bahia (NUMA)⁹ ;
- o 2006 – Publicação da Lei nº 11.428 (Lei da Mata Atlântica) que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências;
- o 2006 – 2015 – Implementação da segunda fase do projeto Corredores Ecológicos;
- o 2009 – Criação da Companhia Independente de Proteção Ambiental – CIPPA, batalhão da polícia militar especializada em repressão a crimes ambientais e educação ambiental com sedes em Porto Seguro e Lençóis;
- o 2012 - Lei nº 12.651 (Novo Código Florestal) que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as [leis nºs 6.938](#), de 31 de agosto de 1981, [9.393](#), de 19 de dezembro de 1996, e [11.428](#), de 22 de dezembro de 2006; revoga as [leis nºs 4.771](#), de 15 de setembro de 1965, e [7.754](#), de 14 de abril de 1989, e a [medida provisória nº 2.166-67](#), de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Na Mata Atlântica, o CCMA inclui desde o sul da Bahia, todo o estado do Espírito Santo e as áreas marinhas até o limite da plataforma continental¹⁰. Essas iniciativas, a criação do NUMA e a implementação do projeto Corredores Ecológicos no CCMA foram gravitantes para uma série de mobilizações dos órgãos ambientais dos estados da Bahia e do Espírito Santo, das organizações ambientalistas de ambos estados, dos órgãos federais de fiscalização e controle (IBAMA e ICMBio) para combater o desmatamento e a fragmentação no bioma.

No aspecto da estagnação econômica da própria atividade produtiva, é relevante observar que os preços praticados pelos produtores de POMs, se alteraram muito pouco ao longo do período em análise. Tomemos alguns exemplos descritos em artigo de congresso de 2010¹¹ em relação a preços de venda por atacado de alguns produtos. A colher de madeira nativa para uso doméstico era comercializada em 2010 pelo preço médio de 1 real, o mesmo preço na atualidade. O preço médio de uma petisqueira naquele ano era de 10 reais, hoje é comercializada por 15 reais. Apenas a gamela mostra um aumento no valor de venda, mesmo assim, mal acompanha a inflação do período, pois em 2010 era comercializada no atacado por 7 reais e hoje é vendida a 25 reais. Porém, é importante ressaltar que a gamela é de todos os POMs àquele que apresenta o pior resultado de aproveitamento da madeira, pois na fabricação da peça aprox. 86 % da madeira é desperdiçada na forma de pequenos cavacos. Ou seja, apenas unidades de produção mais organizadas, especializadas e competitivas conseguiram sobreviver e se manter na atividade.

Em relação ao aspecto das novas oportunidades, cabe destacar alguns projetos que contribuíram positivamente com esse novo cenário. O programa Formas da Natureza foi um deles, pois ao introduzir as madeiras legalizadas como o eucalipto, quebrando a resistência inicial que produtores de POMs tinham em relação a essa madeira, permitiu que sobrevivessem à fiscalização e se mantivessem no mercado. Atualmente, produtores de colheitas **não indígenas** em quase sua totalidade, adotaram a madeira

da biodiversidade nacional / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2015.

⁹ <https://www.mpba.mp.br/area/ceama/numa#:~:text=Criado%20por%20ato%20do%20Procurador,pelos%20remanescentes%20florestais%20ainda%20presentes.>

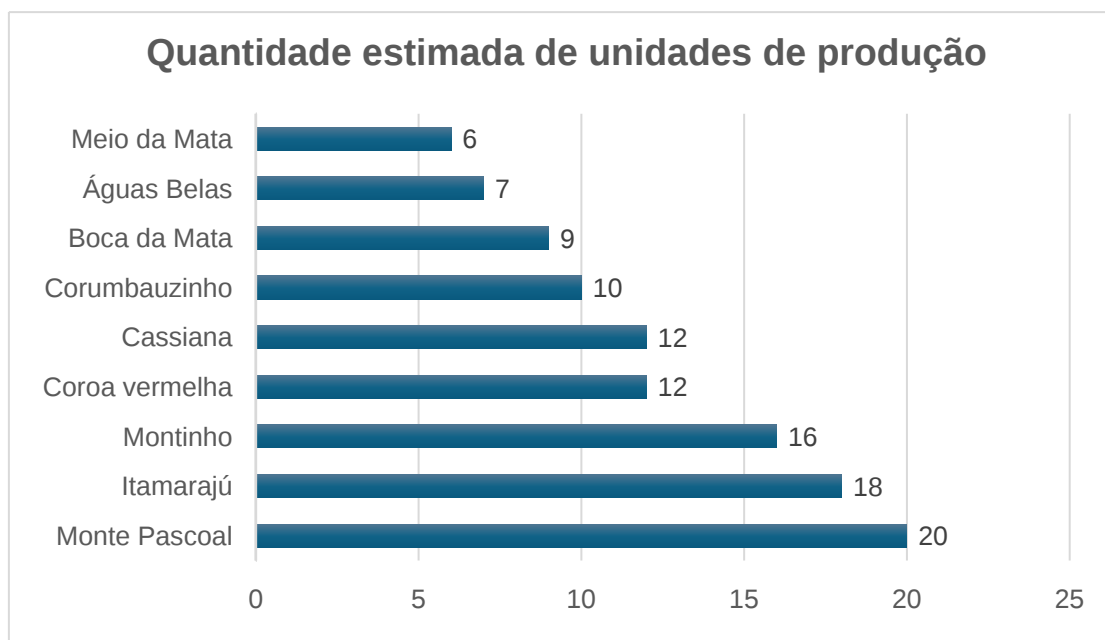
¹⁰ www.rededegestoresccma.org.br

¹¹ Oscar Artaza-Barrios - Artesanato de madeira no extremo sul da Bahia: uma proposta para o uso do eucalyptus substituindo o uso de espécies nativas. XII EBRAMEM, Lavras/MG – 25 a 28 de julho de 2010

de eucalipto como matéria prima para sua fabricação. Alguns produtores indígenas, principalmente na aldeia Cassiana e Boca da Mata já utilizam madeira de eucalipto com essa finalidade, porém a grande maioria dos produtores indígenas, ainda utilizam as madeiras nativas para a fabricação de POMs.

Outras iniciativas importantes de destacar são os projetos que focaram no desenvolvimento de sistemas agroflorestais - SAFs nas aldeias indígenas e os projetos de construção de viveiros de mudas e de plantios florestais. Nesse sentido, organizações como Flora Brasil, Ciclos e Natureza Bela, dentre outras, fizeram e fazem importantes contribuições.

Gráfico 4.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

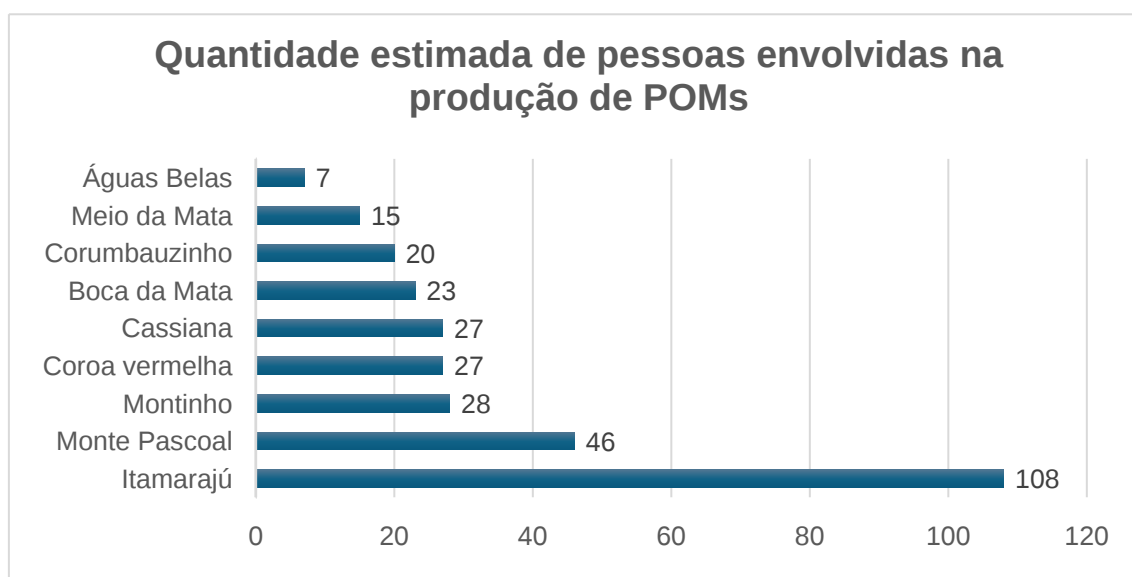
O gráfico 4 nos apresenta uma estimativa da realidade atual da atividade de produção de POMs. As UPs fora das aldeias são mais numerosas e possuem número maior de colaboradores por unidade de produção, mas são especializadas na produção de apenas um produto de madeira, colheres, como é o caso de São João do Monte (montinho) e Itamaraju. O modelo de produção é completo, ou seja, contempla desde o processamento da madeira em tábuas, a fabricação da colher e o acabamento. Utilizam, basicamente madeira de eucalipto. No caso do grupo de produção de Monte Pascoal são especializados na produção de peças torneadas. Para esses produtores, a madeira de eucalipto pelas suas características físicas não os atende. As peças fabricadas no torno com eucalipto deformam e racham com facilidade. Porém, recentemente, por meio do Programa Formas da Natureza e seus parceiros, a espécie, *Acácia mangium* vem sendo introduzida com sucesso no sistema de produção das UPs desse grupo.

Nas unidades de produção presentes nas aldeias indígenas, ainda a utilização de madeiras nativas é majoritária. Em geral, o modelo de produção de POMs dos grupos Cassiana, Boca da Mata, Meio da Mata, Águas Belas e Corumbauzinho, consiste na extração da madeira nativa diretamente do Parque Nacional do Monte Pascoal, a produção da peça, seja colher, gamela ou caiaque e comercialização a preços baixos para as unidades de beneficiamento especializadas em acabamento (lixa e polimento), localizadas em montinho e ou Itamaraju.

Um dos objetivos de médio e longo prazo do programa Formas da Natureza é obter que os grupos de produção indígena migrem maciçamente para o uso de madeiras legalizadas seguindo o caminho dos grupos não indígenas. Há desafios consideráveis a serem vencidos para atingi-lo. As terras indígenas de Barra Velha e Águas Belas, onde se concentram os principais grupos produtores indígenas do entorno do Parque Nacional do Monte Pascoal, estão inseridas em área de sobreposição entre as TIs e a unidade de conservação, isso gera dificuldades de entendimento e confusão na hora de responsabilizar os danos ambientais gerados a flora por indígenas que exploram a madeira no parque, quanto na hora de responsabilizar os órgãos (FUNAI e IBAMA) pela falta de fiscalização.

A questão da sobreposição de TIs com UCs no Brasil é um assunto complexo e não resolvido, trazendo infelizmente consequências negativas tanto para os indígenas, que tradicionalmente ocupavam o território e possuem direitos sobre a utilização dos recursos naturais presentes nas suas terras ancestrais, quanto para a conservação e preservação da biodiversidade presente na UC. Atualmente os grupos produtores indígenas que trabalham em unidades de produção no entorno do parque envolvem aproximadamente 92 indígenas (gráfico 5). Se somar a esse número a estimativa de produtores de gamelas, o total de indígenas que persistem na atividade de produção de POMs é pouco inferior a 200 produtores.

Gráfico 5.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Considerando que a população indígena residente nas TIs de Barra Velha e Águas Belas é de aproximadamente **4.000** indígenas^{12,13} a atividade de produção de POMs representa o envolvimento de aprox. **5 %** da população. Essa informação, quando considerada em conjunto com dados econômico-financeiros da atividade, apresentadas no gráfico 6, nos ajudam a entender o porquê a atividade de fabricação de POMs ainda provoca forte pressão de corte de espécies florestais maduros da UC.

Vejamos a estimativa de receita mensal líquida auferida pelos produtores de POMs nas unidades de produção nas aldeias do entorno do parque nacional (Corumbauzinho,

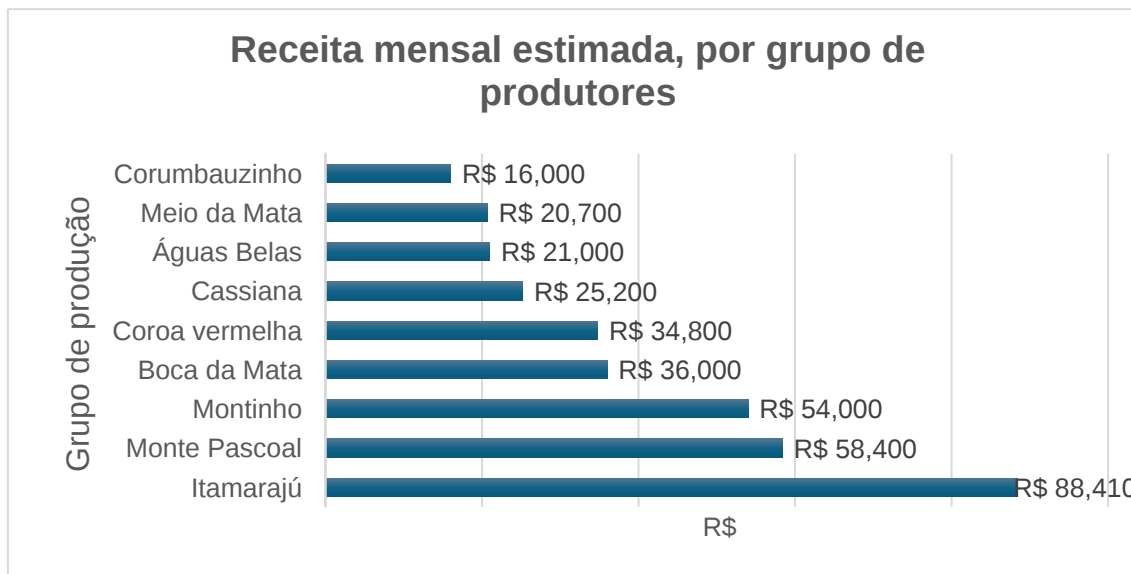
¹² Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas. - Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

¹³ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9764#resultado>

Águas Belas, Meio da Mata, Boca da Mata e Cassiana). Somados, os valores atingem 118.900,00 reais por mês, um volumem de recursos financeiros significativo para pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade como é o caso das populações indígenas do território.

Além da complexidade que representa para a fiscalização ambiental a sobreposição das TIs com a unidade de conservação e os dados de receita com a venda dos produtos, devemos considerar outras variáveis que são relevantes para a compreensão da resiliência que a atividade de produção de POMs demonstra ter nos grupos indígenas. Vejamos dois dessas variáveis. A variável temporal e a variável do valor de troca.

Gráfico 6.



Fonte: Dados de pesquisa (2024)

Em relação à variável temporal, a atividade de produção de POMs quando comparada a outras atividades econômicas é de retorno financeiro rápido. Um produtor indígena consegue entrar na mata, derrubar uma ou duas árvores, cortar o tronco em toretes ou tábuas de até 1 metro de comprimento, levar a madeira semiprocessada para a unidade de produção no lombo de burros e produzir quantidades significativas de peças em 20 dias. Mesmo que demore alguns dias para comercializar suas peças, não existe, ao alcance do produtor indígena, outra atividade econômica com retorno tão rápido.

Em relação a variável do valor de troca, a produção de POMs, sejam colheres, petisqueiras, ou gamelas representam para o produtor indígena uma moeda de troca que pode utilizar em relações de escambo com pequenos comércios instalados dentro ou fora da aldeia. É comum observar nas aldeias, indígenas transportando quantidades de objetos de madeira para trocar por produtos alimentícios ou outros artigos de primeira necessidade.

O caso do grupo produtor de Coroa Vermelha é um pouco diferente da realidade dos grupos produtores nas aldeias do entorno do parque nacional, pois estão mais próximos do movimento turístico, o que lhes confere certa estabilidade nas relações de comercialização da produção. Porém, precisam adquirir a madeira de terceiros, pois moram em núcleo urbano e distantes de fragmentos florestais maduros. No geral, recebem a madeira nativa em pranchas ou tábuas de até 1 metro de comprimento, com as quais produzem principalmente petisqueiras e tábuas de carne. Boa parte dessa

madeira é proveniente de fragmentos florestais maduros de Santa Cruz Cabralia, Belmonte, ou de municípios da região cacauera.

4. CONCLUSÃO

A realização da presente pesquisa, atualizando informações sobre a atividade de produção de POMs se mostrou pertinente e oportuna. Permitindo uma visão atual da realidade de uma atividade econômica que gera significativo trabalho e renda aos grupos produtores, mas que ainda mantém considerável pressão de desmatamento para os remanescentes florestais da Mata Atlântica. Conforme as conversas e entrevistas foram avançando ficou evidente para o entrevistador que existe consciência por parte dos produtores que a produção de POMs com madeira nativa é uma atividade que prejudica o meio ambiente.

Muito tem se avançado nos últimos anos para diminuir esse impacto ambiental, porém, esforços de médio e longo prazo ainda deverão ser realizados, principalmente com foco nos grupos indígenas para estimular a transição da atividade em direção à sustentabilidade. A pesquisa ora apresentada, mostra que o caminho percorrido até agora para diminuir o desmatamento na Mata Atlântica no território foi positivo, mas insuficiente.

O fortalecimento das cadeias de suprimento de matérias primas sustentáveis para a produção de POMs associado a outras oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dos indígenas, principalmente dos mais jovens, é um caminho a ser trilhado para diminuir a dependência da utilização insustentável dos recursos naturais.

A realização de ações permanentes de fiscalização ambiental focada nas unidades de beneficiamento-UBs localizadas no distrito de São João do Monte e na cidade de Itamaraju pode ser um fator que promova de forma significativa a substituição do uso de madeira nativa por madeiras plantadas.

5. AGRADECIMENTOS

Ao Fundo Ambiental do Sul da Bahia – FASB pelo apoio financeiro outorgado ao programa Formas da Natureza;

Ao Alexandre M. Aguiar pelo apoio na elaboração do mapa de localização.